Capítulo I De olho no negro

Sônia Queiroz

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

QUEIROZ, S. De olho no negro. In: *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga* [online]. 2nd ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018, pp. 17-23. ISBN: 978-85-423-0305-6. <https://doi.org/10.7476/9788542303056.0004>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

DE OLHO NO NEGRO

Do choque das culturas lusa e africana resultou uma variedade de situações, um espectro cultural que não é nem podia ser a civilização brasileira que se tornou moda postular ou projetar, alguns de toda boa fé outros simplesmente por intolerância. Este espectro de culturas é talvez a riqueza mais insuspeita do Brasil.

Olabiya Babalola Yai¹

Introduzido no Brasil durante mais de três séculos pelo tráfico escravo, por muito tempo o negro africano constituiu, com seus descendentes, alta percentagem da população do País, tendo sido um dos elementos mais ativos na formação da cultura brasileira. Apesar disso, nem sempre mereceu a devida atenção de nossos antropólogos, historiadores, lingüistas, enfim, daqueles que, direta ou indiretamente, se ocupam em definir nossa cultura. Assim, é comum entre nós a mentalidade assimilacionista, que privilegia a tradição européia e relega nossos índios e negros ao plano das simples influências, como se nossa cultura os precedesse, o que, levado às últimas conseqüências, corresponde a dizer que a civilização brasileira é anterior ao próprio descobrimento do Brasil!

Por isso diríamos que é preciso *redescobrir* o Brasil. Ou, nas palavras de Olabiya Babalola Yai,

seria preciso, como o exige a bela fórmula de Carlos Drummond de Andrade, “reinventar os nagôs e os latinos”! Reinventar também os tupis, os guaranis, etc. (...) É, por assim dizer, se não uma exigência, uma ambição de renovação cultural pluralista. Ao invés de ser um cadinho de onde sairia uma cultura nacional às custas de perdas, de assimilação, de intolerância e de menosprezos gratuitos, o Brasil poderia dar ao mundo o exemplo de um pluralismo cultural em que os homens são mais eles mesmos quando vivem plenamente suas culturas próprias e são conseqüentemente capazes de melhor conhecer e de viver as dos outros.²

¹ YAI. *Cultura*, p.95.

² Ibidem. p.100.

Exemplo claro da pouca importância atribuída ao negro brasileiro é a absoluta escassez de trabalhos sobre ele até os fins do século XIX, fato observado por quase todos os estudiosos do assunto, sobretudo nos trabalhos que tratam especificamente da história dos estudos africanistas no Brasil.

Somente a partir do final do século XIX, portanto, é que começam a surgir pesquisas sobre o regime jurídico da escravidão, o tráfico negreiro, a procedência étnica, os grupos lingüísticos, os costumes e as religiões dos africanos trazidos para o Brasil. Até então, “com exceção dos artigos e livros que trataram do problema da Abolição, analisando-o, quase sempre, do ponto de vista econômico, ou, algumas vezes, imbuídos de certo idealismo romântico, de caráter sentimental, nada de concreto acerca do negro brasileiro fora (...) escrito”.³

A *Escravidão no Brasil*, de Perdigão Malheiro, publicado pela primeira vez em 1867, é um exemplo da emergente preocupação em ver o negro não apenas como máquina econômica, mas sobretudo como objeto de ciência, postura que encontrará em Sílvia Romero outro de seus grandes defensores. É, no entanto, Nina Rodrigues que inaugura os estudos científicos sobre o negro no Brasil.

Já no final do século XIX, o grande estudioso dá início à publicação, na *Revista Brasileira*, dos resultados de suas primeiras pesquisas sobre o assunto, que abrangem questões históricas, etnográficas, médicas e sociológicas. Entretanto, sua obra máxima, *Os Africanos no Brasil*, só será publicada em 1933, quase trinta anos após sua morte. Embora limitado às “hipóteses de trabalho” de sua época, dominada pelas teorias evolucionistas, que o levaram a falar de uma “inferioridade antropológica” do negro e de uma “degenerescência” da mestiçagem, idéias inadmissíveis para os nossos dias, Nina Rodrigues tem o grande mérito de, além de inaugurar o enfoque científico da questão do negro no Brasil, ser o “pioneiro na abordagem de fenômenos de cultura e de aculturação ao identificar o caráter ‘híbrido’ de instituições e costumes, de mitos e crenças, de ritos e liturgias, de linguagem dos negros”.⁴

Nessa fase pioneira, destaca-se também Manuel Querino, cuja abordagem o distingue profundamente de Nina Rodrigues: enquanto este considera o negro como um ser inferior, aquele, negro também, empenha-se

³ OLIVEIRA. *Cultura*, p.111.

⁴ AZEVEDO. *Cultura*, p.122.

em elevar os seus irmãos de cor à posição que realmente ocuparam na colonização do Brasil. No entender de Waldir Freitas Oliveira, “não foram até hoje escritas palavras mais sensatas e judiciosas acerca do desempenho e da contribuição do negro no curso da História do Brasil que as de Manuel Querino”⁵ em “O Colono Preto como Fator da Civilização Brasileira”, comunicação apresentada ao VI Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Belo Horizonte, em 1918.

No início do século XX, excetuando-se o aparecimento de Artur Ramos, continuador do trabalho de Nina Rodrigues, nada de muito importante surge na área, e os estudos africanistas só são retomados na década de 30. Em 1934, Gilberto Freyre publica *Casa Grande & Senzala*, dando início, na opinião de Thales de Azevedo,⁶ a uma nova antropologia cultural e a uma nova história social, aberta ao reconhecimento da presença cultural, social e biológica do negro no Brasil. Realizam-se dois congressos afro-brasileiros, o primeiro em Recife, em 1934, e o segundo na Bahia, em 1937. Destacam-se, então, numerosos pesquisadores, entre os quais os brasileiros Edison Carneiro, Renato Mendonça, Dante Laytano, Mário de Andrade, Aidano do Couto Ferraz e os estrangeiros Donald Pierson, Melville J. Herkovits, Roger Bastide e Pierre Verger.

Nas décadas seguintes, com maior ou menor intensidade, continuaram a surgir trabalhos na área, tendo-se desenvolvido sobretudo os estudos sobre as religiões afro-brasileiras, entre os quais se podem citar, por exemplo, os de Roger Bastide e Pierre Verger e, mais recentemente, Yvonne A. Velho. Também se desenvolveram muito os estudos das relações raciais no Brasil, destacando-se as pesquisas de Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e Otávio Ianni.

Em 1959, funda-se na Universidade Federal da Bahia o Centro de Estudos Afro-Orientais — CEAO —, que se torna o mais ativo centro de formação de africanistas no Brasil, tendo montado uma biblioteca especializada, promovido cursos de extensão sobre a história, a geografia, a sociologia e a economia da África e criado um importante intercâmbio de pesquisadores entre o Brasil e a África. Entre as atividades desenvolvidas pelo CEAO, destaca-se ainda um amplo programa de publicações, em que se inclui a criação, em 1965, da revista *Afro-Ásia*, que, para Waldir Freitas Oliveira, “se tornaria, muito em breve, a mais importante

⁵ OLIVEIRA. *Cultura*, p.112.

⁶ AZEVEDO. *Cultura*, p.122.

publicação periódica sobre assuntos africanos e afro-brasileiros editada na América Latina”.⁷

Mais tarde criam-se o Centro de Estudos Africanos, da Universidade de São Paulo, que, entre outras atividades, mantém um programa de pós-graduação e publica a revista *África*, e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, que possui uma biblioteca considerada a mais completa em periódicos, conferências e comunicações e edita a revista *Estudos Afro-Asiáticos*. De criação mais recente, o Centro de Estudos Afro-Brasileiros, da Universidade Federal de Minas Gerais, promoveu em novembro de 1981 o 1º Encontro Nacional de Centros de Estudos Afro-Brasileiros, que se realizou em Belo Horizonte e teve como um de seus objetivos principais “unir esforços, apoiar e incentivar as iniciativas de estudo e pesquisa que venham a contribuir para *despertar a consciência* nacional para o papel histórico e atual dos povos africanos e seus descendentes com relação ao Brasil”.⁸

Vê-se, portanto, que o desenvolvimento atingido pelos estudos afro-brasileiros não é ainda suficiente para evidenciar o papel real do negro na sociedade brasileira.

No que diz respeito aos estudos lingüísticos, nossa situação é ainda mais precária. Embora eles tenham recebido certo impulso na década de 30 — quando se publicam os livros considerados clássicos no assunto —, pode-se dizer que andamos a pouca distância da época em que Sílvio Romero⁹ advertia:

(...) vamos levemente deixando morrer os nossos negros da Costa como inúteis, e iremos deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos, que se falam em nossas *senzalas*! (...) Apressem-se os especialistas, visto que os pobres moçambiques, benguelas, monjolos, congos, cabindas, caçangues... vão morrendo.

Com efeito, mais de um século depois da extinção do tráfico de escravos negros e, portanto, já mortos todos os nossos africanos, contamos apenas com pouco mais de meia dúzia de livros (ou teses) dedicados ao estudo das línguas africanas no Brasil, não indo muito além disso o número de artigos de periódicos que tratam do assunto.

⁷ OLIVEIRA. *Cultura*, p.116.

⁸ ENCONTRO nacional de centros de estudos afro-brasileiros, 1981. Os grifos são meus.

⁹ Citado por RODRIGUES. *Os africanos no Brasil*, p.16-17.

É importante observar que a grande maioria desses trabalhos se ocupa da influência das línguas africanas no português do Brasil, na tentativa de definir até que ponto os negros foram os responsáveis pela diferenciação lingüística que se verifica entre Portugal e Brasil. Aí se incluem *O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa* e *O Negro Brasileiro e Outros Escritos*, de Jacques Raimundo, publicados pela primeira vez em 1933 e 1936, respectivamente; *A Influência Africana no Português do Brasil*, de Renato Mendonça, cuja primeira edição é de 1933; “Os Africanismos no Dialeto Gaúcho”, de Dante Laytano, saído na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, em 1936; de Nelson de Senna, o artigo “Africanismos no Brasil”, publicado na *Revista de Língua Portuguesa*, em 1921, e o livro *Africanos no Brasil*, de 1938; *O Elemento Negro*, de João Ribeiro, saído em 1938, e as “Contribuições Afro-Negras ao Léxico Popular Brasileiro”, que Adelino Brandão publica na *Revista Brasileira de Folclore*, em 1968.

Mais recentemente, destacam-se os trabalhos de Yeda Pessoa de Castro, que, em 1976, na Universidade do Zaire, defende a tese *De l'Intégration des Apports Africains dans les Parlers de Babia au Brésil*. De volta ao Brasil, vem divulgando os resultados de suas pesquisas através de artigos e conferências.

A questão da influência africana no português do Brasil é também tratada em capítulos de obras de caráter mais genérico, dedicadas ao estudo da língua portuguesa ou da presença do negro em nossa cultura.

Quanto aos falares africanos sobreviventes no Brasil — em que normalmente se misturam línguas africanas e o português —, pouca ou quase nenhuma atenção têm merecido da parte de nossos estudiosos. Antônio da Costa Peixoto registra, em manuscritos de 1731 e 1741, a existência de uma língua veicular de base ewê na região de Vila Rica.¹⁰ Em 1933, Nina Rodrigues, no já citado *Os Africanos no Brasil*, publica um vocabulário básico de cinco línguas sudanesas — grunche, jeje, hauçá, kamíri e tapa — colhido em Salvador. Rodolfo Garcia, no Iº Congresso Afro-Brasileiro, realizado em 1934, apresenta um pequeno vocabulário nagô que teria sido colhido em Pernambuco, mas sobre o qual não fornece nenhuma informação precisa.¹¹ Em 1938, João Dornas Filho publica na *Revista do Arquivo Municipal*, um vocabulário quimbundo —

¹⁰ O trabalho só foi publicado em 1945, em Lisboa, por iniciativa de Luís Vieira.

¹¹ Publicado no volume 1 de *Estudos afro-brasileiros*, editado no Rio de Janeiro, em 1935, pela Ariel. (Cf. GARCIA, Vocabulário nagô).

acompanhado de observações sobre a morfo-sintaxe do “dialeto” — colhido em Itaúna, Minas Gerais.

Além desses vocabulários, há o trabalho de Aires da Mata Machado Filho, *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*, publicado pela primeira vez em 1943, sobre o que ele chama o “dialeto crioulo” de São João da Chapada, município de Diamantina. O material registrado pelo prof. Aires é reexaminado do ponto de vista lingüístico por Maurizio Gnerre, no artigo “O *Corpus* dos Vissungos de São João da Chapada (MG)”. Alguns desses vissungos — cantos entoados pelos negros no trabalho da mineração — foram gravados em 1982 por Clementina de Jesus, Doca e Geraldo Filme, no LP *O Canto dos Escravos*, da Eldorado.

Os professores Carlos Alberto Vogt, Peter Fry e Maurizio Gnerre, da UNICAMP, desenvolveram também uma pesquisa sobre a língua falada pela comunidade negra do Cafundó, no estado de São Paulo. Seus primeiros resultados estão registrados nos artigos “Cafundó: uma Comunidade Negra que Fala até Hoje uma Língua de Origem Africana”, publicado no número 2 da revista *Estudos Lingüísticos*, em 1978; “Las Lenguas Secretas de Cafundó”, saído no número 9 de *Punto de Vista*, em 1980; e “Mafambura e Caxapura: na Encruzilhada da Identidade”, publicado em 1982 no livro *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*.¹²

Tem-se notícia de duas outras pesquisas sobre línguas usadas por comunidades de origem africana em Minas Gerais, embora nada se tenha publicado ainda a respeito de seus resultados. Em 1976, o jornal *Estado de Minas* divulga que um grupo da Universidade Federal de Juiz de Fora, coordenado pelo prof. Mário Roberto Zágari, vinha estudando uma língua de origem africana falada em Milho Verde, distrito do Serro. Na mesma região, na localidade de nome Chapada do Norte, ainda segundo matéria publicada no *Estado de Minas*, em abril de 1983, o americano John David Wyatt reuniu material sobre um dialeto banto usado ali como “único meio de comunicação”.¹³

Entretanto, segundo observou o prof. Maurizio Gnerre, por ocasião do II Congresso Nacional de Socio- e Etnolingüística, realizado em 1979, em Niterói, não são poucas as ocorrências desses falares mistos no Brasil. A absoluta escassez de publicação sobre esses falares, no

¹² Em 1996, Carlos Vogt e Peter Fry publicaram o livro *Cafundó: a África no Brasil*. Este trabalho não incorpora os resultados divulgados no livro de Vogt e Fry, mas apenas aqueles publicados nos artigos mencionados acima.

¹³ O CAMINHO empoeirado do difícil desenvolvimento do Norte de Minas, 1983.

entanto, nos leva a crer na inexistência de outras “línguas” africanas entre nós. Embora o campo de pesquisa seja fértil, ainda é pouco explorado.

Considerando-se ainda a escassez de informação referente aos africanos vindos para o Brasil como escravos — já que foi queimada a documentação oficial relativa ao tráfico, em obediência à Circular de 13 de maio de 1892, do Ministério da Fazenda — e a quase inexistência de documentos lingüísticos do período da escravidão, a descoberta e o estudo desses casos de resistência cultural revestem-se de grande importância, na medida em que podem “contribuir de modo positivo para um conhecimento maior da história do negro no Brasil e modificar, conseqüentemente, a visão elitista ou conformada que em grande parte brancos e também negros alimentamos sobre a questão”.¹⁴

¹⁴ VOGT, FRY, GNERRE. *Estudos lingüísticos*, p.12.